



TRABALHO E MOVIMENTO PENDULAR NAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Palavras-chave: Migração pendular; cidades médias; trabalho

Elzira Lúcia de Oliveira

Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes (RJ), elziralucia@id.uff.br

Gustavo Henrique Naves Givisiez

Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes (RJ), gh_naves@id.uff.br

Trabalho apresentado no VIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizada na Ciudad de Puebla, de 23 a 26 de outubro de 2018.

INTRODUÇÃO

Em geral, os estudos que investigam os movimentos diários por motivo de trabalho são estudados de forma majoritária como fenômeno característico das regiões metropolitanas, com forte deslocamento em direção aos núcleos das respectivas regiões.

Tais deslocamentos são característicos dos aglomerados urbanos, sobretudo os de caráter metropolitano, podendo contribuir para revelar o alcance das novas formas espaciais urbanas, cada vez menos definidas e precisas (Branco, Firkowski e Moura, 2005:1).

Entretanto, as transformações nas dinâmicas urbanas e regionais têm produzido alterações na importância dos espaços urbanos não metropolitanos na estrutura urbana brasileira. Neste sentido, é importante o entendimento da articulação das cidades chamadas médias no seu contexto regional.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é mensurar e classificar os movimentos pendulares diários por motivo de trabalho que ocorrem fora das regiões metropolitanas: para as cidades médias a partir do seu entorno imediato; entre os municípios do entorno e da cidade média para o seu entorno, configurando uma dinâmica regional própria.

Neste contexto, pretende-se verificar se os movimentos pendulares que ocorrem nestes espaços podem ser classificados nos tipos ideais propostos por Pereira e Herrero (2009) para as regiões metropolitanas de Campinas e Buenos Aires. Para este estudo, a cidade média de interesse é aquela com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, que não façam parte de nenhuma região metropolitana e que não seja capital de estado. Um critério próximo a este é adotado em Andrade, Serra e Gomes (2000) e pelo IBGE.

Além dessa introdução, na segunda seção faz-se uma breve revisão sobre migração e movimento pendular. Na terceira seção se desenvolve uma revisão sobre cidade média; na quarta seção se apresenta os materiais e métodos, na quinta seção os resultados são apresentados e discutidos à luz da tipologia proposta e na sexta seção apresentam-se breves considerações finais.

MIGRAÇÃO E MOVIMENTO PENDULAR

De uma forma geral o termo mobilidade pendular e migração pendular são tratados de forma indistinta em alguns artigos. Entende-se, nesse sentido que o adjetivo pendular já refletisse o tipo de movimento ou deslocamento populacional a que se quisesse referir, ou seja, diferente daquele que se entende por migração traduzido em um processo definitivo de mudança do local de residência.

Hogan (1990), no artigo: Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes e migrantes pendulares em Cubatão, considera o trabalhador que se deslocava diariamente de um município para trabalhar na indústria Petroquímica em Cubatão, na década de 1980, como migrante pendular. Zaslavsky e Goulart (2017) tratam mobilidade pendular e migração pendular como sinônimos. “A mobilidade pendular, também chamada de migração pendular (MP), pode ser definida como movimentos cotidianos das pessoas entre o local de residência e locais de trabalho ou estudo” (Zaslavsky e Goulart, 2017:3982).

Independentemente da temporalidade, a migração reflete a mobilidade da população pelo espaço, recebendo denominações diferentes segundo a área da investigação e dados disponíveis.

Sobre a mobilidade populacional que resulta em uma mudança permanente de local de residência, Santos et al. (2010) apresentam uma síntese de algumas das principais abordagens teóricas que procuram explicar o fenômeno da migração e argumentam que não existe a possibilidade da construção de uma teoria única para o entendimento do fenômeno migratório, que incorpore todos os fragmentos teóricos já produzidos.

Contudo, qualquer mudança, definitiva ou não de um indivíduo do seu local de moradia para outro, configura um movimento da população pelo espaço. Do ponto de vista demográfico, segundo Patarra e Cunha (1987) a migração envolve complexos e diferenciados processos que produzem mudanças no padrão espacial da população. Esses processos vão desde mudanças de residências em decorrência de etapas do ciclo de vida, mobilidade social ascendente e ainda processos relacionados à segregação do espaço urbano que expulsa segmentos populacionais menos privilegiados, do ponto de vista socioeconômico, para a periferia dos centros urbanos.

Entretanto, como sugere Barbieri (2007) citado por Santos et al. (2010), carece, nos estudos sobre mobilidade populacional, de uma distinção da migração que se traduz em uma mudança permanente de residência das outras formas de mobilidade temporária.

O trabalho de Branco, Firkowski e Moura (2005) argumenta que o conceito de migração pendular precisa ser revisitado, uma vez que no início do século XXI, há evidências de que a forma urbana das cidades tem se alterado rapidamente. Isto é verdade dado o esforço de diversos autores que propõem denominações de cidades que apreendem esse fenômeno: cidades-regiões (Scott *et al.*, 2001), metápolis (Ascher, 1995), exópolis (Soja, 2000). As autoras complementam: “Contudo, em comum tem-se formas urbanas cada vez mais estendidas sobre vastas superfícies, criando novas relações cotidianas entre pessoas e lugares”(Branco, Firkowski e Moura, 2005:2).

A discussão do movimento é indissociável da de mobilidade. É ela que vai caracterizar a vida urbana atual, com grande peso dos transportes, sobretudo o individual. Aliás, a própria diversidade de uso do termo, que ora aparece como “migração” pendular, ora como movimento, deve ser considerada (Branco, Firkowski e Moura, 2005:3).

Associando a ideia de mobilidade de Andan, D’Arcier e Raux (1994) com a natureza complexa dos movimentos urbanos apontada por Dupuy (1995) citados por Branco, Firkowski e Moura (2005) este trabalho é centrado nos deslocamentos diários realizados pela população para executar atos de sua vida cotidiana como trabalho, estudo, lazer, e outras relações sociais de sobrevivência, facilitada pelo “sistema automóvel” que tem a capacidade de transformar a cidade, compondo, decompondo e recompondo territórios.

Nos estudos geográficos, de forma particular nos estudos de geografia da população, o termo migração pendular aparece em Beaujeu-Garnier (1980). A autora defende que os movimentos migratórios que obedecem a um ritmo e que deles não decorre o completo deslocamento das pessoas, caracterizado por “um movimento de vaivém semelhante a oscilação de um pêndulo – podem, talvez, ser denominadas migrações oscilatórias” (Beaujeu-Garnier, 1980:280). A autora define ainda as oscilações de temporada como aquelas de período prolongado de duração e as cotidianas como as de período curto.

O movimento diário de vaivém que cresce tanto em volume quanto em distância, Beaujeu-Garnier (1980) considera que seja consequência do progresso técnico sobre a vida e a atividade humanas. “Os modernos meios de transporte estão favorecendo o que se tornou

necessidade econômica, isto é, a concentração dos meios de produção e o crescimento das cidades” (Beaujeu-Garnier, 1980:292).

No mundo contemporâneo, o trabalho nos diversos setores da economia, envolve o trabalhador em certo número de viagens. Para o movimento pendular “entre o local de residência e o local de trabalho” Beaujeu-Garnier (1980) emprega o termo americano *commuting*. A autora sugere que o termo pode se restringir a deslocamentos diários realizados duas vezes por dia, com as seguintes características: extensão significativa, uso de alguns meios de transportes mecânicos e certo grau de convergência (Beaujeu-Garnier, 1980).

Em consonância com Beaujeu-Garnier (1980), Brunet, Ferras e Théry (1993) citados por Branco, Firkowski e Moura (2005) distinguem migrações periódicas e definitivas considerando o período abrangido. Os autores consideram que as migrações para o trabalho podem ser cotidianas ou bi-cotidianas, podendo também ser chamadas de pendulares, alternantes ou *navettes*, um termo francês que reflete o vaivém incessante.

Acrescenta-se que a mobilidade pendular é um fenômeno multidimensional que envolve, além das práticas cotidianas da população, a mudança de lugar, entendido neste contexto como “percursos entre o domicílio e o lugar de trabalho, medidos em termos de tempo e espaço, que pode variar de uma hora ou mais, um dia de trabalho, uma semana ou um mês” (Jardim, 2011:59).

Como pode ser visto nessa breve revisão não existe uma regularidade sistemática para designar o fenômeno da mobilidade cotidiana, neste trabalho, considerando a definição de “The Determinants and Consequences of Population Trends” (1973) citado por (Carvalho e Rogotti, 1998:340), excluem-se do conceito de migração “os movimentos cujos indivíduos não se estabelecem permanentemente no local de destino.”

Por outro lado, a mobilidade pendular está associada à integração e interdependência funcional que caracteriza as regiões *conurbadas*, sejam elas as regiões metropolitanas ou aglomerados especializados, com alta integração funcional fora das regiões metropolitanas de primeira ordem.

CIDADES MÉDIAS

Segundo Costa (2002) tem sido empreendido um esforço para entender e definir um conceito de *ciudades médias* ou *intermédias*. Nesse esforço se destacam duas correntes, uma que “diz respeito à cidade média na sua dimensão ou na sua leitura à escala urbana” (p. 102). Já outra corrente as relaciona “com as políticas de ordenamento e de desenvolvimento e, portanto, interliga-as à escala regional” (p. 102).

Essa leitura na escala urbana remete a uma busca de equilíbrio do que seria uma cidade ótima, pensando a cidade como uma entidade econômica e socialmente equilibrada. Essa é uma concepção de cidade média que perpassa o tempo, culturas e estados (Costa, 2002).

Neste âmbito, as características inerentes à cidade média podem ser relidas na cidade de Aristóteles (384-322 a. C), na “cidade jardim” de Ebenezer Howard (1850-1928) ou na “cidade gloriosa” de Le Corbusier (1887-1965) (Costa, 2002:103).

A cidade de Aristóteles estava relacionada com o equilíbrio entre “a sua dimensão física, humana e a sua autonomia funcional, sendo nesse equilíbrio que residia o sucesso da governabilidade do estado” (Costa, 2002:103).

Com E. Howard e Le Corbusier retomou-se a concepção de equilíbrio entre o crescimento, as funções e os quotidianos dos seus habitantes, e foi nesse âmbito que surgiram as cidades novas ou as cidades planeadas para um determinado número de habitantes. O estabelecimento de um limiar populacional máximo indiciava, mais uma vez, que a dimensão física e demográfica das cidades estava associada ao seu equilíbrio e à sua governabilidade (Costa, 2002:103).

No contexto das preocupações mais recentes (décadas de 1950 e 1960) com os desequilíbrios e consequentemente com o desenvolvimento regional, é que as cidades médias surgem como uma solução para os planejadores. Embora, a cidade média ainda não existisse como um conceito fechado e consolidado, as cidades não metropolitanas e não capitais de estados, tenham sido consideradas:

parte integrante de uma política regional que considerava as aglomerações urbano-industriais, designados como “polos de crescimento” (F. Perroux, 1955), como base para correção dos desequilíbrios populacionais e económicos que se delinearão após a Segunda Grande Guerra (Costa, 2002:103-104).

O conceito de cidade média somente surgiu alguns anos após, na França, associado às políticas de desconcentração de população e atividades, implantadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975) (Conte, 2013; Costa, 2002)

Sendo assim, segundo Holanda (2001), cidade média pode ser entendida como

(...) sendo aquela cidade que não é uma metrópole e nem uma cidade pequena, mas uma aglomeração urbana significativa em termos demográficos, em funcionalidade e em relação à sua região, expressando e “gerando” certo dinamismo econômico, social, político, etc. (Holanda, 2001:18)

Com a implementação de projetos provenientes do II Plano Nacional de Desenvolvimento, a partir da década de 1970, no Brasil, há um crescimento das cidades acima de 100 mil habitantes consideradas cidades médias, um dos objetivos desses projetos é o redirecionamento do fluxo migratório que ia em direção às metrópoles e cidades grandes para as cidades médias. Como se observa em Silva e Calixto (2009:7)

Na década de 1970, embora a realidade brasileira fosse marcada pelo crescimento populacional, havia pouca articulação entre os centros, fazendo com que as interações espaciais fossem basicamente regionais. Neste contexto, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, implanta o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1975/1979), que visava conter o movimento migratório para as metrópoles e criar polos de desenvolvimento em regiões consideradas periféricas.

Pode-se ainda dizer que de acordo com muitos pesquisadores, tais como Santos e Silveira (2001) e Amorim-Filho, Oswaldo; Serra (2001), o crescimento das cidades consideradas médias está relacionado com dois processos: desmetropolização e desconcentração industrial. A desconcentração industrial, de forma resumida, é o processo da desconcentração das atividades industriais nas metrópoles, por conta das crescentes facilidades de transportes e em consequência de implementação de incentivos públicos. A desmetropolização, que também conta com incentivos públicos, é a atração que centros urbanos fora das metrópoles exercem sobre indivíduos e empresas.

A partir da década de 1970 a população urbana brasileira apresenta incremento médio anual maior do que o incremento médio anual da população total. Esse crescimento, segundo Oliveira e Soares, 2014:121) está relacionado “com a presença da ciência, da técnica e da informação na remodelação do território, principalmente a partir da modernização do processo produtivo”.

Esse meio geográfico onde há a união da ciência, da técnica e da informação sobre o território tem nas cidades o espaço de maior crescimento demográfico nas últimas quatro décadas no Brasil, sendo que esse crescimento se verificou nos espaços não metropolitanos. Segundo Santos e Silveira (2001) apud Oliveira e Soares (2014), em 1950 o percentual da

população urbana que vivia nas cidades com mais de um milhão de habitantes era de 51,35%, este percentual se reduz para 38,31%¹ em 1980, indicando “um evidente processo de desmetropolização, entretanto, sem diminuição do tamanho urbano das metrópoles.” Segundo o autor, esse processo é explicado pelo crescimento das cidades médias, que aumentaram sua participação no total de população urbana do país Oliveira e Soares, 2014:121). Para Santos e Silveira (2001) apud Oliveira e Soares (2014) as cidades médias cresceram em porte e número, sendo responsáveis em 1980 por aproximadamente 22 milhões de habitantes em um universo de 80.437 mil, considerando cidade com população de 100 mil a um milhão de habitantes.

Para Davidovich (1991) apud Oliveira e Soares (2014) a estrutura urbana brasileira retrata tendência demográfica universal irreversível em que as cidades são *locus* preferencial de concentração de população. Nas palavras da autora:

resultando na formação de diferentes estruturas no tecido urbano nacional, principalmente em função do desenvolvimento da economia urbano-industrial e de um planejamento altamente centralizado, surgindo o que autora classifica como Brasil metropolitano e Brasil urbano não-metropolitano (Davidovich, 1991 apud Oliveira e Soares, 2014:121).

É no Brasil não metropolitano, que segundo Silveira (2002) apud Oliveira e Soares (2014) “que estão inseridas as cidades médias, com novos papéis urbanos, não isoladas da rede urbana, mas como cidades consagradas a desenvolverem uma alta e competitiva especialização funcional (Silveira, 2002 apud Oliveira e Soares, 2014:121).” Trata-se de um processo de interiorização da urbanização, que se manifesta, segundo as palavras de Davidovich (1991) apud Oliveira e Soares (2014) em novas frentes de valorização urbana “referenciadas, principalmente, a novas necessidades criadas pela agricultura moderna, pela mineração e por certo tipo de indústria. Trata-se de agrupamentos de cidades, antes isoladas, que se articulam em torno de determinadas atividades... (Davidovich, 1991:127 apud Oliveira e Soares, 2014:121).”

Em que pese a evidência do crescimento e da importância das cidades médias, necessita-se discutir o que define exatamente uma cidade média. Existe um consenso na literatura de que a variável demográfica não é suficiente para dar conta da complexidade do

¹ Pelo Censo Demográfico de 2010, o percentual da população urbana que vivia em cidades com mais de um milhão de habitantes foi de 24,18% mantendo a tendência observada.

papel dessas aglomerações na rede urbana de um país. A variável demográfica definindo uma escala de tamanho se ajusta mais ao termo “cidade de porte médio”. Entretanto, uma “cidade de porte médio” deve possuir qualidades que a tornem uma cidade média do ponto de vista da sua função. “essa categoria de cidades corresponde a espaços de intermediação, de articulação entre centros urbanos de diferentes portes, o que pressupõe um nível hierárquico” (Bitoun, Miranda e Moura, 2017:52).

Segundo Sposito (2009) citada por (Bitoun *et al.*, 2017) “a abrangência do grau de articulação das cidades médias obedece às condições de concentração/dispersão ou densidade/extensão da ocupação do território” (Bitoun, Miranda e Moura, 2017:52). Sendo assim

Nas áreas mais dispersas, reforçam e ampliam a extensão de sua centralidade, e chegam a realizar o papel de um centro metropolitano regional. Nas áreas mais densas e sob efeito direto da metropolização, essas cidades veem esvaziar sua força polarizadora, mas ao mesmo tempo podem exercer um papel ativo, servindo de contenção ao excessivo crescimento das grandes aglomerações, e podem vir a contribuir ao equilíbrio da concentração urbana. Estas articulações ocorrem tanto na dimensão interescalar como na dimensão das condições derivadas do meio e das intencionalidades, nas quais se direcionam as decisões capazes de fortalecer ou desfavorecer sua posição na rede de cidades. Apenas sob estas condições é que esta categoria de cidade deve ser analisada e considerada como objeto de políticas públicas (Bitoun, Miranda e Moura, 2017:53)

Ciente da insuficiência do uso exclusivo do porte demográfico para definir cidade média e também que coexistem uma gama enorme de variação nem sempre coerente com a heterogeneidade da densidade populacional e econômica do território brasileiro, onde persistem diferenças marcantes de padrões entre as regiões. Este estudo considera como cidade média aquela com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, fora das regiões metropolitanas de primeira ordem, que não sejam capitais de estado. Para subsidiar a questão da articulação e o papel de intermediação nas diversas escalas, adota-se a proposição teórico metodológica de Pereira e Herrero (2009) que busca identificar três tipos ideais puros de deslocamentos pendulares:

a presente proposta sustenta a existência de pelo menos três tipos de movimento pendular a partir da identificação de três processos distintos dos quais esses deslocamentos derivam: concentração urbana, saturação urbana e desconcentração produtiva (Pereira e Herrero, 2009:7).

Embora os autores desenvolvam a análise para regiões metropolitanas, assume-se que esses processos possam ser observados nos espaços das cidades médias. Os tipos propostos serão detalhados na seção metodológica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Serão utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010 que permitem identificar no bloco deslocamento para o trabalho, se o indivíduo trabalha ou estuda em município diferente daquele de residência.

Neste trabalho serão considerados apenas os deslocamentos diários do município de residência para trabalhar em uma cidade média. Lembrando que serão selecionadas as cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes, não pertencentes nenhuma das 11 regiões metropolitanas de primeira ordem (RM Manaus, RM Belém, RM Fortaleza, RM Recife, RM Salvador, RM Belo Horizonte, RM Rio de Janeiro, RM São Paulo, RM Curitiba, RM Porto Alegre, RM Goiânia) e a RIDE do Distrito Federal e Entorno. Além dos municípios integrantes das áreas metropolitanas, também não foram incluídas na área de estudo as cidades que são capitais e cidades que foram consideradas conurbadas com capitais.

Para identificação de áreas conurbadas às capitais foram feitas análises de imagens no Google Earth™ das manchas urbanas das capitais dos estados que não integrassem as RM de primeira ordem. Como resultado dessa análise foram identificadas 12 cidades que foram excluídas da área de estudo por possuírem manchas urbanas compartilhadas com essas capitais de estados. Por outro lado, foram observadas quatro cidades que possuíam limites com capitais de estado ou com cidades conurbadas com capitais. Entretanto, nessas quatro cidades não foram observadas manchas urbanas compartilhadas como as capitais e, dessa forma, elas foram incluídas na área de estudo.

TIPOLOGIA DE MOVIMENTOS PENDULARES

Pereira e Herrero (2009) propõe para analisar os movimentos pendulares nos espaços metropolitanos a identificação de três tipos ideais (puros) de inspiração Weberiana, que serão adaptados para o estudo dos movimentos pendulares fora dos espaços metropolitanos, que é o objetivo deste trabalho. Segundo os autores o descasamento espacial entre os locais de residência e os locais de trabalho imprimem características específicas aos deslocamentos

pendulares, que conformam a construção dos três tipos ideais de deslocamentos pendulares propostos: concentração urbana, saturação urbana e desconsideração produtiva. Neste trabalho, adotou-se como região periférica um entorno imediato de até segunda ordem em torno da cidade identificada como média, segundo o critério demográfico adotado.

CONCENTRAÇÃO URBANA

Os autores se baseiam na relação já descrita na literatura entre processo de industrialização e urbanização. Neste ponto destaca-se que a concentração produtiva do setor industrial, que concede especialização a determinado território, produz uma interação espacial com setores que, de alguma forma, fazem parte da cadeia produtiva do setor industrial instalado, produzindo uma aglomeração com concentração de postos de trabalho em pontos da cidade, gerando uma concentração produtiva.

Contudo, o que Pereira e Herrero (2009) denominam de concentração urbana, não se origina exclusivamente da primeira fase desenvolvimento industrial capitalista, a dinâmica imobiliária do mercado de terra tem importante papel na explicação da concentração urbana, bem como contribui para a “consolidação de áreas residenciais periféricas carentes de estrutura urbana” (Pereira e Herrero, 2009:16).

Propõe-se a existência de um tipo ideal de deslocamento pendular decorrentes deste processo em que os fluxos caracterizam-se, entre outras coisas, por possuir origem nas regiões e cidades periféricas e destino localizado no núcleo urbano central.

Os deslocamentos que caracterizam este tipo ideal ocorrem entre regiões periféricas ou de regiões mais centrais para regiões mais periféricas, em resposta a especulação imobiliária e por processos de renovação e gentrificação urbana na região central da cidade. Os trabalhadores que realizam esse tipo de deslocamento são, em maior parte, pessoas pertencentes à base da pirâmide social, que são mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico e com maior probabilidade de serem afetadas pela ação das forças centrífugas de expulsão da especulação imobiliária.

SATURAÇÃO URBANA

Esse tipo ideal é produzido pelo processo de saturação dos centros urbanos associado à ação do mercado de terras que oferecem empreendimentos imobiliários de alto padrão em

regiões não-centrais. No caso da delimitação deste trabalho, no entorno imediato delimitado para a cidade média.

Os trabalhadores que realizam esse tipo de deslocamento são, majoritariamente, pessoas que por opção, trocaram a residência nos centros urbanos pela região do entorno em busca de melhor qualidade de vida (áreas verdes e segurança dos condomínios fechados) sem perder a economia de aglomeração da região central onde mantém o emprego. Esses trabalhadores têm o perfil socioeconômico, em média, mais elevado.

O sentido do movimento pendular neste tipo ideal, ocorre da região do entorno para a região central. Esse trabalhador é geralmente emigrado da da região central para o entorno e por migrantes que se instalaram originalmente no entorno.

DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA

O terceiro tipo ideal de deslocamento pendular, por fim, está vinculado às últimas etapas do processo de desconcentração espacial das atividades produtivas quando, por vantagens logísticas, incentivos fiscais, restrições pela legislação ambiental etc., empresas reavaliam sua localização em busca de locais menos centrais das redes urbanas (Pereira e Herrero, 2009:18).

Em geral, o processo de desconcentração produtiva é causado pelas deseconomias de escala dos centros urbanos que encarecem a localização de empresas de determinados setores. Associa-se a isto um processo de competição por vantagens locacionais no entorno, com a oferta de subsídios e infraestrutura para instalação em uma Zona Especial de Negócios, fora dos limites territoriais da cidade central, mas próxima o suficiente para que a localização permita que a empresa usufrua das economias de escala do da cidade central. Trava-se um verdadeira Guerra Fiscal entre as cidades do entorno. Essa desconcentração depende também da existência de infraestrutura de transportes e comunicação segundo o mais recente paradigma tecnológico, concedendo fluidez ao espaço do entorno.

No processo de realocação da empresa para o entorno, parte dos trabalhadores terão origem no próprio município de instalação, contudo, uma parte dos trabalhadores, de mais alta qualificação continua tendo origem na antiga localização.

Esse processo produz deslocamentos de pessoas que residem no entorno e, também por pessoas que residem no centro e continuam trabalhando nas empresas que emigraram para o entorno.

Os trabalhadores que realizam esses deslocamentos têm um nível socioeconômico, em média, mais elevado. Destaca-se que se observam deslocamentos com origem e destino no entorno e deslocamentos com origem no centro em direção ao entorno.

RESULTADOS

Após a filtragem dos critérios no banco de dados do Censo Demográfico de 2010, foram identificadas 153 cidades segundo o critério de seleção, sendo que dez se encontram na região Norte, com concentração no estado do Pará. No Nordeste encontram-se 30, concentrados principalmente nos estados da Bahia e no Maranhão. Na região Sudeste foram verificadas 82 cidades, sendo a maior parte nos estados de Minas Gerais (18) e São Paulo (46). Distribuídos de forma homogênea na região Sul, encontram-se 27 cidades, 10 no Paraná, oito em Santa Catarina e nove no Rio Grande do Sul. Por fim, seis cidades se localizam na região Centro-Oeste, sendo duas no Mato Grosso do Sul, duas no Mato Grosso e duas em Goiás.

Entre as 153 cidades identificadas, a maior parte (105) têm população entre 100 a 199 mil habitantes, 30 têm população entre 200 e 299 mil habitantes, com população entre 300 e 399 existem 14 cidades e apenas quatro têm população entre 400 e 500 mil habitantes, sendo uma no Rio de Janeiro, duas em São Paulo e uma no Rio Grande do Sul.

Vale destacar que 50,5% da população que vive nas cidades com população de 100 a 500 mil habitantes se concentra naquelas com população de 100 a 199 mil habitantes; 26,4% se concentra naquelas com população de 200 a 299 mil habitantes e 16,9% naqueles de tamanho imediatamente superior e apenas 6,2% nas cidades com população de 400 a 500 mil habitantes.

Em termos de saldo migratório absoluto, ou seja, a diferença entre movimento pendular de entrada e movimento pendular de saída, os municípios com maior absorção de trabalhadores pendulares são Santos (SP), Jundiaí (SP), Maringá (PR), Ipatinga (RJ) e Macaé (RJ). No caso da evasão de trabalhadores, em termos de Saldo Migratório, os municípios que têm maior saldo pendular negativo são São Vicente (SP), Santa Bárbara d'Oeste (SP), Várzea Paulista (SP), Praia Grande (SP) e Guarujá (SP).

A tabela 1 que apresenta os deslocamentos entre Ipatinga e seu entorno, deixa claro a sua centralidade na região, absorvendo 37,2% de todos os ocupados da região demarcada. Essa centralidade é explicada pela sua localização, no Vale do Aço dos estado de Minas Gerais e por ser a sede da Usiminas, planejada no escopo do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubtscheck, inaugurada em 1962 no Governo João Goulart. Em que pese o fato de 89,6% dos ocupados do entorno serem residentes no próprio entorno, 9,5% se deslocam diariamente para ocupar postos de trabalho em Ipatinga. O movimento contrário revela assimetria entre o entorno e Ipatinga, pois, do total de ocupados residentes em Ipatinga, apenas 3,3% se desloca para trabalhar no entorno.

Diferente de Maringá, o entorno de Ipatinga e Macaé inclui cidades médias ou cidades que abrigam instalações industriais de alguma empresa com certa capacidade de absorção de mão de obra, como de trabalhadores do próprio entorno ou da cidade média central. No caso de Ipatinga, destaca-se que o município de Timóteo tem instalada, desde 1944, a Cia Acesita; a cidade de Belo Oriente abriga, desde 1973, a Cenibra e no município de Santana do Paraíso, conurbado a Ipatinga, opera desde 1977, o Aeroporto Regional do Vale do Aço, pertencente à Usiminas.

TABELA 1
POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA E LOCAL DE TRABALHO
IPATINGA (MG) E ENTORNO - 2010

Local de Residência	Local de Trabalho			Total
	Ipatinga	Entorno	Outro lugar	
Ipatinga	99.140 96,3%	3.379 3,3%	452 0,4%	102.971 100,0%
Entorno	20.779 9,5%	197.017 89,6%	1.973 0,9%	219.769 100,0%
Total	119.919 37,2%	200.396 62,1%	2.425 0,8%	322.740 100,0%

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico de 2010, IBGE.

Na sequencia procura-se estabelecer diferenças qualitativas no perfil socioeconômico e profissional dos fluxos que se realizam entre a cidade média e seu entorno para então classifica-los segundo a tipologia proposta por Pereira e Herrero (2009). Neste contexto são avaliados os fluxos de alguns municípios do entorno para a cidade média; da cidade média para municípios do entorno e entre municípios do entorno. Os fluxos são avaliados segundo o percentual de trabalhadores pendulares não nativos no município de residência, percentual de trabalhadores pendulares que residem no município há menos de 10 anos, renda média,

percentual de trabalhadores pendulares com renda superior R\$ 1.080,00 (equivalente a dois salários mínimos em 2010), percentual de trabalhadores com ensino fundamental incompleto ou menos e percentual de trabalhadores com ensino médio completo ou mais.

A tabela 2 apresenta os fluxos da região de Ipatinga e o tipo de integração urbana que a cidade estabelece com seu entorno pelas características apresentadas. Os fluxos decorrentes do processo de concentração urbana é observado entre Santana do Paraíso, Ipaba e Belo Oriente com destino a Ipatinga. Neste caso destacam-se alto percentual de não nativos e de residentes há menos de 10 anos, renda média abaixo da média da região e baixo percentual de trabalhadores com renda superior a dois salários mínimos. O perfil de escolaridade baixo é representado pelo percentual de trabalhadores com educação até o fundamental incompleto e menor percentual de trabalhadores com nível educacional superior ao ensino médio completo.

Esse processo no espaço das cidades médias, fora das regiões metropolitanas tradicionais, se origina mais na concentração da atividade econômica do que na especulação imobiliária que expulsa a população mais pobre para as regiões periféricas. Nesta região a atividade econômica com poder de atração de mão de obra de longa distancia se localiza em pontos específicos do espaço, talvez em decorrência da proximidade da fonte de matéria prima e a existência de uma linha férrea que atravessa a região com destino ao Porto de Tubarão em Vitória-ES. Contudo, o percentual de migrantes verificado sugere que nas cidades médias com alta densidade econômica exista o efeito da especulação imobiliária deslocando os segmentos populacionais mais pobres para o entorno da cidade média, ou direcionando os fluxos de longa distancia de migrantes com menor nível de qualificação para as cidades do entorno. Pode-se também supor que esses trabalhadores menos qualificados venham de um processo de migração rural-urbano dentro do entorno.

Os fluxos decorrentes do processo de desconcentração produtiva se verificam entre Ipatinga em direção aos seguintes municípios do entorno: Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso, Timóteo e Belo Oriente. Observa-se também fluxos originados em Coronel Fabriciano em direção a Timóteo e no sentido contrário. Os fluxos são notoriamente marcados pelo perfil de renda média acima daquela verificada na região e nível de escolaridade superior.

Nestes espaços, a própria localização inicial da indústria motriz já trazia consigo um aspecto da desconcentração produtiva e não deriva diretamente de um processo de realocação de plantas industriais em função das economias de aglomeração dos grandes centros urbanos, como argumentado neste tipo ideal de deslocamento para as regiões metropolitanas.

Os fluxos com origem no processo de saturação urbana se traduzem nos deslocamentos de Coronel Fabriciano e Timóteo em direção a Ipatinga. Acredita-se, o processo que se verifica na região delimitada pela cidade média seja diferente daquele identificado na relação entre o núcleo metropolitano e a periferia. Fabriciano está localizada entre Timóteo e Ipatinga, o percentual de migrantes recentes é baixo relativamente aos demais processos analisados. A renda média é superior à dos trabalhadores que realizam deslocamentos decorrentes do processo de concentração urbana, entretanto, é menor do que a daqueles da desconcentração produtiva, o nível de escolaridade é relativamente alto. Trata-se mais da atratividade do mercado de trabalho de Ipatinga e não uma opção de moradia para fugir da saturação urbana. Para esse caso, existem opções mais próximas a Ipatinga que oferecem melhor qualidade de vida e proximidade com as facilidades urbanas da cidade central nesta análise. Da mesma forma não compensa, para os residentes destes municípios, realizar uma migração definitiva para Ipatinga, em função do custo mais elevado.

TABELA 2
FLUXOS DE DESLOCAMENTO PENDULAR SEGUNDO TIPO IDEAL, VOLUME DE PESSOAS E
CARACTERÍSTICA DE MIGRAÇÃO, RENDA E ESCOLARIDADE
IPATINGA (MG) E ENTORNO – 2010

Tipo Ideal do Deslocamento	Sentido do Fluxo	Volume de Pessoas	Migração		Renda		Escolaridade	
			% Não Nativos	Menos de 10 anos de residência no município (%)	Renda Média	Rendimento acima de R\$1080 (%)	Ensino fundamental incompleto ou menos (%)	Ensino médio completo ou mais (%)
Concentração Urbana	Santana do Paraíso-->Ipatinga	5.614	83,6	63,9	R\$ 999,21	27,1	37,8	37,3
	Ipaba-->Ipatinga	1.854	53,7	42,5	R\$ 876,58	22,6	45,9	33,5
	Belo Oriente-->Ipatinga	738	34,8	45,6	R\$ 907,62	20,0	40,6	30,4
Desconcentração Produtiva	Coronel Fabriciano-->Timóteo	2.860	49,0	20,6	R\$ 1.714,42	49,6	21,6	63,3
	Timóteo-->Coronel Fabriciano	1.705	50,9	33,0	R\$ 1.486,92	37,6	16,4	67,8
	Ipatinga-->Coronel Fabriciano	873	63,3	45,1	R\$ 1.957,34	52,1	10,1	82,8
	Ipatinga-->Santana do Paraíso	791	70,1	45,9	R\$ 1.698,46	47,0	21,7	65,4
	Ipatinga-->Timóteo	621	59,7	52,5	R\$ 2.565,90	74,7	-	89,4
	Ipatinga-->Belo Oriente	612	73,4	16,0	R\$ 3.358,40	68,1	15,1	63,5
Saturação Urbana	Coronel Fabriciano-->Ipatinga	8.558	49,2	35,8	R\$ 1.415,37	41,7	20,9	59,4
	Timóteo-->Ipatinga	2.936	35,1	37,1	R\$ 1.403,93	47,1	11,2	72,8
Total de Comutadores Ipatinga e Entorno		33.593	55,0	44,0	R\$ 1.398,99	38,0	27,0	54,0
População Ocupada Ipatinga e Entorno		337.937	45,0	34,0	R\$ 1.185,80	27,0	41,0	40,0
População Total Ipatinga e Entorno		791.878	40,0	36,0	R\$ 733,72	16,0	60,0	24,0

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico de 2010, IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado, durante a elaboração desta pesquisa, que parte das cidades médias compõem um grupo conurbado ou, mesmo que não diretamente conurbados, que tem uma forte troca de trabalhadores. Dentre esses casos podem ser citadas as cidades de Ipatinga e Coronel Fabriciano, ambas classificadas como cidades de porte médio, na região do Vale do Aço Mineiro; e as cidades de Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Em pesquisas posteriores deve-se analisar essas e outras regiões a partir do conjunto de cidades médias e o entorno de primeira e segunda ordem desse conjunto de cidades e não mais a partir de análises isoladas de cada uma das cidades. Percebe-se que essas aglomeração indicam uma concentração produtiva distinta das cidades médias localizadas em regiões metropolitanas ou exemplificada por uma única cidade média com forte relação de centralidade com cidades pequenas ou muito pequenas do seu entorno. Ou seja, é notório que cidade (média ou não) é única no seu contexto socioeconômico e na sua história e que análises generalizadas tendem a mascarar a grande diversidade que está associada ao fenômeno de crescimento dessas cidades no interior do país. A metodologia utilizada para identificar os processos sociais que dão origem aos deslocamentos verificados se mostrou robusta o suficiente para caracterizar esses deslocamentos.

Contudo há de ressaltar que as características dos deslocamentos são similares aos observados nas regiões metropolitanas, mas os processos e fatores socioeconômicos que os desencadeiam são distintos e não explicados diretamente pelos tipos ideais do modelo aqui adotado. Fenômenos observados nas cidades médias que aparentam ter origem na desconcentração produtiva ou saturação urbana, similar ao que se observa no entorno das regiões metropolitanas, tem origem em fatores históricos relativos, por exemplo, à estratégia de localização de um empreendimento e não em função de economias de aglomeração de uma cidade mais central ou um processo de realocação de empresas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amorim-Filho, Oswaldo; Serra, R. V. (2001) “Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional”, in Andrade, T. A. e Serra, R. V. (eds) *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 1–34. Available at: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5397> Acessado em: 03/09/2018.
- Andan, O., D’Arcier, B. F. e Raux, C. (1994) “Mouvements, déplacements, transport: la mobilité quotidienne”, in Auray, J. P. et al. (eds) *Encyclopédie d’économie spatiale: concepts, comportements, organisations*. Paris: Economica, p. 247–252.
- Andrade, T. A., Serra, R. V. e Gomes, G. M. (2000) “Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96”, *Texto para Discussão IPEA*, 747, p. 1–30. Available at: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0747.pdf> Acessado em: 03/09/2018.
- Ascher, F. (1995) *Métapolis ou L’Avenir des villes*. Paris: Odile Jacob.
- Barbieri, A. F. (2007) “Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 24(2), p. 225–246. doi: 10.1590/S0102-30982007000200004.
- Beaujeu-Garnier, J. (1980) *Geografia de população*. 2º edn. São Paulo: Ed. Nacional.
- Bitoun, J., Miranda, L. e Moura, R. (2017) “Cidades médias no Brasil: heterogeneidade, diversidade, e inserção nos espaços rurais brasileiros”, in Maturana, F. et al. (eds) *Sistemas urbanos y ciudades medias en Iberoamérica*. 1º edn. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, p. 44–77.
- Branco, M. L. C., Firkowski, O. L. de F. e Moura, R. (2005) “Movimento Pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador”, in *Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Salvador: ANPUR, p. 1–19.
- Brunet, R., Ferras, R. e Théry, H. (1993) *Les mots de la géographie : Dictionnaire critique*. 1º edn. Paris: La Documentation Française.

- Carvalho, J. A. M. e Rogotti, J. I. R. (1998) “Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise”, in *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, p. 339–356. Available at: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/849/815>> Acessado em: 03/09/2018.
- Conte, H. (2013) “Cidades Médias : Discutindo o Tema”, *Sociedade e Território*, 25(1), p. 45–61. Available at: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3516/2829>> Acessado em: 03/09/2018.
- Costa, E. M. da (2002) “Cidades médias. Contributos para a sua definição”, *Finisterra*, XXXVII, p. 101–128. doi: 10.18055/FINIS1592.
- Davidovich, F. (1991) “Brasil metropolitano e Brasil Urbano não-metropolitano: algumas questões”, *Revista brasileira de geografia*, 53(2), p. 127–133. Available at: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1991_v53_n2.pdf> Acessado em: 03/09/2018.
- Dupuy, G. (1995) *Les territoires de l'automobile*. Paris: Economica.
- Hogan, D. J. (1990) “Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes e migrantes pendulares em Cubatão”, in *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu - MG: ABEP, p. 177–196. Available at: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/548/528>> Acessado em: 03/09/2018.
- Holanda, V. (2001) “Em busca dos sentidos que permeiam a cidade média”, *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, 2/3, p. 17–22.
- Jardim, A. de (2011) “Reflexões sobre a mobilidade pendular”, in Oliveira, L. A. P. de e Oliveira, A. T. R. de (eds) *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 58–70. Available at: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf>> Acessado em: 03/09/2018.
- Oliveira, H. C. M. de e Soares, B. R. (2014) “Cidade Média: Apontamentos metodológicos e tipologias”, *Caminhos de Geografia*, 15(52), p. 119–133. Available at: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/23678/15964>> Acessado em: 03/09/2018.
- Patarra, N. L. e Cunha, J. M. P. da (1987) “Migração um tema complexo”, *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 1(2), p. 32–35. Available at: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v01n02/v01n02_04.pdf> Acessado em: 03/09/2018.
- Pereira, R. H. M. e Herrero, V. (2009) “Mobilidade Pendular: Uma Proposta Teórico-Metodológica.”, *Texto para Discussão IPEA*, 1395, p. 1–26. Available at: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1395.pdf> Acessado em: 03/09/2018.
- Santos, M. A. dos *et al.* (2010) “Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias”, *Textos para discussão*, 398, p. 18. Available at: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD_398.pdf> Acessado em: 02/09/2018.

- Santos, M. e Silveira, M. L. (2001) *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 19º edn. São Paulo: Record.
- Scott, A. *et al.* (2001) “Cidades-regiões globais”, in *Espaço e Debates: Aliança e competição entre cidades*. São Paulo: NERU.
- Silva, V. F. da e Calixto, M. J. M. S. (2009) “As cidades médias enquanto importante nó n rede urbana: uma análise da cidade de Dourados - MS”, in *Anais do XII Encontro de Geógrafos de América Latina*. Montevideo: EGAL, p. 1–11. Available at: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/203.pdf>> Acessado em: 03/09/2018.
- Silveira, M. L. (2002) “Globalização, trabalho, cidades médias”, *GeoUERJ*, 11, p. 11–17.
- Soja, E. W. (2000) *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford, UK: Blackwell Publishers Ltd.
- Sposito, M. E. B. (2009) *Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras*. Editora Universitária UFPA.
- “The Determinants and Consequences of Population Trends” (1973) *Population Studies*, 50(1).
- Zaslavsky, R. e Goulart, B. N. G. de (2017) “Migração pendular e atenção à saúde na região de fronteira”, *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(12), p. 3981–3986. doi: 10.1590/1413-812320172212.03522016.